

OS PERIGOS DA OBEDIÊNCIA

Stanley Milgram

A obediência é um elemento tão básico, na estrutura da vida social como qualquer outro. Parte do sistema de autoridade é uma necessidade de toda vida comunitária e somente a pessoa que habita em isolamento não é forçada a responder, com desafio ou submissão, às ordens de outros. Para muitos, a obediência é uma tendência comportamental profundamente arraigada, chegando mesmo a ser um forte impulso que sobrepuja o treinamento em ética, solidariedade e conduta moral.

O dilema inerente à submissão à autoridade é tão antigo quanto a história de Abraão a quem Deus ordenou sacrificar se filho como prova de fé. A questão de saber se deve alguém obedecer ou não às ordens quando elas conflitam com a consciência foi discutida por Platão, dramatizada na *Antígona* de Sófocles e submetida à análise filosófica, em quase todas as épocas históricas. Os filósofos conservadores argumentam que a própria estrutura de sociedade é ameaçada pela desobediência, ao passo que os humanistas acentuam a primazia da consciência individual.

Os aspectos legais e filosóficos da obediência têm enormes conseqüências, mas esclarecem muito pouco sobre a maneira pela qual a maioria das pessoas se comportam em situações concretas. Realizei uma experiência simples na Universidade de Yale para testar até que ponto um cidadão comum poderia infligir dor a outra pessoa simplesmente porque essa ordem lhe foi dada por uma cientista experimental. A autoridade rígida foi oposta aos imperativos morais mais fortes dos testados contrárias a ferir os outros. Com os ouvidos retinindo com os gritos das vítimas, a autoridade vencida na maioria das vezes. A extrema disposição de adultos obedecerem totalmente ao comando de uma autoridade constitui o principal achado desse estudo: fato este que necessita, com maior urgência, de uma explicação.

Na experiência básica, planejada, duas pessoas chegam a um laboratório psicológico para participar de um estudo sobre memória e aprendizado. Um é chamado de “professor” e outro de “aluno”. O experimentador explica que o estudo diz respeito aos efeitos da punição no aprendizado. O aluno é conduzido a uma sala, senta-se numa espécie de miniatura de cadeira elétrica; seus braços são imobilizados para impedir movimentos excessivos e um eletrodo é preso ao seu pulso. Ele é informado de que serão lidas listas de pares de vocabulários simples e que, então, será testada a sua capacidade de lembrar-se da segunda palavra de um par quando ouvir novamente a primeira palavra. Sempre que cometer um erro, receberá choques elétricos de intensidade crescente.

Entretanto, o verdadeiro objeto dessa experiência é o professor. Depois de presenciar o aluno sendo amarrado, ele senta-se diante de um impressionante “gerador de choques”. O painel de instrumentos consiste em trinta interruptores de alavanca dispostos em linha horizontal. Cada interruptor tem claramente marcada a designação da voltagem, que vai de 15 a 450 volts, com descrições verbais que abrangem desde Choque Leve a Choque Moderado, Choque Forte, Choque Muito Forte, Choque Intenso, Choque de Extrema Intensidade e, finalmente, Perigo: Choque Grave.

Dá-se a cada paciente um choque de amostra de 45 volts, antes dele agir como professor e o solavanco fortalece a sua crença na autenticidade do aparelho.

Funcionamento da Consciência

O professor é um paciente realmente ingênuo que veio ao laboratório para essa experiência, em resposta a um anúncio colocado num jornal da localidade solicitando voluntários para um estudo científico da memória. O aluno, ou vítima é, na realidade, um ator que não recebe nenhum choque. O objetivo da experiência é ver até que ponto uma pessoa prosseguirá numa situação concreta e mensurável em que lhe é ordenado infligir uma dor crescente numa vítima que protesta.

Surge o conflito quando a pessoa que recebe o choque começa a demonstrar que está se sentindo mal. Aos 75 volts, ele geme; aos 120 volts, reclama em voz alta; aos 150, pede para ser liberado da experiência. A medida que aumenta a voltagem, os seus protestos

se tornam mais veementes e emocionais. Aos 285 volts, a sua reação pode ser descrita somente como um grito agonizante. Logo em seguida, ele não faz mais nenhum ruído.

Para o professor, a situação logo se transforma em tensão opressora. Para ele, não é uma brincadeira: o conflito é intenso e óbvio. O sofrimento manifestado pelo aluno o pressiona a desistir; mas cada vez que ele hesita em administrar um choque, o experimentador o manda continuar. Para se desvencilhar dessa provação, o sujeito tem de romper claramente com a autoridade.

Um certo número de testados, embora poucos, realizou essa ruptura, recusando-se a continuar com a experiência, conforme é indicado pelo diálogo seguinte:

Aluno: Tirem-me daqui. Eu lhe disse que tinha problemas cardíacos. O meu coração está começando a me incomodar. Deixem-me sair daqui, por favor.

Professor: Acho que devíamos descobrir primeiro o que é que está errado aí dentro.

Experimentador (usando um avental de técnico): Como já disse antes, embora os choques possam ser dolorosos, não são perigosos.

Professor: Olhe, eu não entendo nada sobre eletricidade. Mas não vou continuar até me certificar de que o homem está bem.

Experimentador: É absolutamente essencial que você continue. Você não tem nenhuma outra escolha.

Professor: Ora, se eu posso fazer uma porção de escolhas. A minha escolha número um é de que eu não continuaria se achasse que o estava prejudicando.

Esse homem realmente preenche as nossas expectativas quanto à maneira pela qual esperamos que as pessoas se comportarão numa situação como essa. Ele faz com que a desobediência pareça um gesto muito racional e simples. Mas a maioria dos outros pacientes reagiram à autoridade de forma bastante diferente. Uma resposta típica foi a seguinte: “Aquele homem tem problemas cardíacos. Você ainda quer que eu continue?” E, quando o experimentador respondeu: “Continue, por favor”, o professor continuou a obedecer, embora continuasse a se opor. O sujeito diz uma coisa, mas o seu comportamento é bastante diferente.

Um desfecho Inesperado

Antes das experiências, procurei obter, de diversas espécies de pessoas, previsões sobre o seu desfecho – psiquiatras, estudantes e professores universitários e operários comuns. Com notável semelhança predisseram que virtualmente todos os testados se recusariam a obedecer ao experimentador. Os psiquiatras, especificamente, predisseram que a maioria deles não iria além dos 150 volts, quando a vítima faz sua primeira solicitação explícita para ser libertada. Esperavam que somente 4 por cento alcançariam os 300 volts e que somente uma cifra patológica de um em mil administraria o mais intenso choque do quadro.

Essas previsões estavam inequivocamente erradas. Dos quarenta sujeitos que participaram da primeira experiência, 25 obedeceram às ordens dos experimentador até o final, punindo a vítima até que chegassem ao mais potente choque que o gerador podia oferecer. Depois que 450 volts foram aplicados por três vezes, o experimentador encerrou a sessão. Muitos dos pacientes obedientes suspiraram então de alívio, enxugaram suas testas, esfregaram os olhos com os dedos ou nervosamente puxaram seus cigarros. Outros houve que demonstraram apenas sinais mínimos de tensão, do princípio ao fim.

Quando as experiências iniciais foram executadas, foram usados estudantes de pré-graduação da Universidade de Yale; cerca de 60 por cento dentre eles foram totalmente obedientes. Um colega meu imediatamente recusou essas descobertas, afirmando que não apresentavam nenhuma relevância quanto a pessoas “comuns”, alegando que os estudantes de Yale são excepcionalmente agressivos e competitivos. Ele me assegurou que quando testássemos pessoas “comuns”, os resultados seriam bastante diferentes. Ao passarmos do estudo-piloto para a série regular de experiências, pessoas escolhidas em todas as camadas sociais de uma cidade próxima vieram a ser empregadas na experiência: profissionais, empregados burocráticos, pessoas desempregadas e operários de fábricas. *O resultado da experiência foi o mesmo do que havíamos observado entre os estudantes.*

Ainda mais, quando as experiências foram repetidas na Alemanha, Itália, África do Sul e Austrália, o nível da obediência foi invariavelmente um pouco *maior* do que o que foi encontrado na investigação relatada neste artigo. O experimentador encontrou em Munique uma percentagem 85 por cento de obediência entre os seus pacientes.

Papel do Impulso Agressivo

Um interpretação teórica deste comportamento afirma que todas as pessoas possuem instintos profundamente agressivos que exercem continuamente pressão para se manifestarem e que a experiência justifica a liberação desses impulsos. De acordo com esse ponto de vista, se uma pessoa é colocada numa situação em que tiver completo poder sobre outro indivíduo, a quem poderá punir tanto quanto quiser, tudo o que existe de sádico e bestial no homem vêm à tona. O impulso de aplicar choques na vítima é encarado como fluindo das fortes tendências agressivas que fazem parte da vida motivadora do indivíduo e a experiência, pelo fato de dar-lhes legitimidade social, simplesmente abre as portas à sua manifestação.

Torna-se portanto vital comparar o procedimento do sujeito quando está *cumprindo ordens* – ao que ele é quando lhe é permitido *escolher* o grau do choque.

O procedimento foi idêntico ao de nossa experiência-padrão, exceto que foi dito ao professor que ele podia escolher qualquer grau do choque, em qualquer uma das tentativas. (O experimentador se esforçou em deixar bem claro que o professor podia empregar os mais altos níveis do gerador, os mais baixos, quaisquer níveis intermediários ou qualquer combinação de níveis). Em seguida, cada um dos sujeitos realizou trinta testes críticos. Os protestos do aluno foram coordenados a níveis-padrão de choque, obtendo-se o seu primeiro gemido aos 75 volts e o seu primeiro protesto veemente aos 150 volts.

O choque médio usado durante as trinta experiências críticas foi de menos de 60 volts – inferior ao ponto em que a vítima demonstrava os primeiros sinais de mal-estar. Três dos 40 pacientes não foram além do nível mais baixo do quadro, 28 não foram além dos 75 volts e 38 não foram além do primeiro protesto mais alto aos 150 volts. Dois pacientes forneceram a exceção, administrando até 325 e 450 volts, mas o resultado geral foi de que a grande maioria das pessoas causaram choques muito baixos e geralmente indolores quando a escolha lhes cabia explicitamente.

Essa condição da experiência debilita outra explicação comumente sobre o comportamento dos pacientes – que aqueles que causavam choques na vítima nos níveis mais fortes vinham somente da margem sádica da sociedade. Se considerarmos que quase

dois terços dos participantes enquadram-se na categoria de pacientes “obedientes” e que representavam pessoas comuns tiradas das classes operárias, gerenciais e profissionais, o argumento torna-se bastante frágil. Na verdade, é altamente remanescente da questão que surgiu em relação ao livro de Hannah Arendt, *Eichmann in Jerusalém*, de 1963. Arendt afirmava que o esforço da promotoria em retratar Adolf Eichmann (que administrou o programa nazista de deportação de judeus e outros para os campos de concentração) como um monstro sádico era fundamentalmente errado, que ele se aproximava mais de um burocrata que simplesmente se sentava à sua mesa e cumpria sua tarefa. Ao afirmar seus pontos de vista, Arendt tornou-se objeto de considerável desprezo e até mesmo de calúnia. De alguma forma, achava-se que os feitos monstruosos levados a cabo por Eichmann necessitavam de uma personalidade brutal e retorcida que encarnasse o mal. Depois de testemunhar centenas de pessoas comuns se submeterem à autoridade em nossas próprias experiências, devo concluir que a concepção de Arendt a respeito da banalidade do mal es’ta mais próxima da verdade do que se ousaria imaginar. As pessoas comuns que administraram choques na vítima o fizeram devido a um senso de obrigação – uma impressão de seus deveres como paciente – e não devido a tendências peculiarmente agressivas.

Essa é, talvez, a lição mais fundamental do nosso estudo: as pessoas comuns que simplesmente cumprem suas tarefas, sem terem qualquer hostilidade particular, podem tornar-se agentes num terrível processo destrutivo. Além disso, mesmo quando os efeitos destrutivos do seu trabalho ficam patentemente claros e que lhes é solicitado cumprir ações incompatíveis com os padrões fundamentais da moralidade, um número relativamente pequeno de pessoas tem os necessários recursos internos para resistir à autoridade.

A Etiqueta da Submissão

Muitas pessoas eram, de certa forma, contra o que fizeram ao aluno e muitas protestaram ao mesmo tempo em que obedeciam. Algumas estavam totalmente convencidas da crueldade de suas ações, mas não podiam se decidir a romper abertamente com a autoridade. Frequentemente encontravam satisfação em seus pensamentos e achavam

– dentro de si próprios, pelo menos – que haviam se comportado como anjos. Tentaram reduzir a tensão obedecendo ao experimentador “apenas levemente”, encorajando o aluno, tocando com muito cuidado nos interruptores do gerador. Quando entrevistado, um paciente como esse acentuou que havia “afirmado a sua humanidade” ao administrar o mais breve choque possível. Tratar o conflito dessa maneira era mais fácil do que desafiar a autoridade.

A situação é concebida de tal forma que não há maneira do paciente parar de administrar choques ao aluno sem violar a definição do experimentador quanto à sua própria competência. O paciente teme parecer arrogante e rude se desligar. Muito embora essas emoções inibidoras pareçam pequenas em seu escopo ao lado da violência que está sendo feita ao aluno, extravasam a mente e os sentimentos do paciente, o qual se sente desgraçado com a perspectiva de ter que repudiar a autoridade em sua própria face. (Quando a experiência foi alterada de modo a que o experimentador desse suas instruções pelo telefone e não em pessoa, apenas um terço da quantidade inicial de pessoas foi totalmente obediente até os 450 volts). É muito curioso que uma espécie de “compaixão” por parte do paciente – o desejo de não “ferir” os sentimentos do experimentador – faça parte daquelas forças obrigatórias que inibem a sua desobediência. A recusa de tal deferência pode ser tão dolorosa para o paciente como para a autoridade que ele desafia.

Responsabilidade pelas Próprias Ações

A essência da obediência é que uma pessoa passa a se ver como o instrumento que executa os desejos de outra e que, portanto, deixa de se considerar responsável pelas suas ações. Uma vez que ocorre essa mudança crítica de ponto de vista, seguem-se todos os fatores essenciais da obediência. A conseqüência mais distante é que a pessoa se sente responsável perante a autoridade que a dirige, mas não sente nenhuma responsabilidade pelo conteúdo das ações prescritas pela autoridade. A moralidade não desaparece – adquire um enfoque radicalmente diferente: a pessoa subordinada sente vergonha ou orgulho, dependendo de quão adequadamente executou as ações solicitadas pela autoridade.

O idioma possui inúmeros termos para determinar esse tipo de moralidade: *lealdade, dever, disciplina* são todos termos bastante saturados de significado moral e que se referem ao grau com o qual uma pessoa cumpre suas obrigações para com a autoridade. Referem-se não a “bondade” da pessoa, mas à adequação com a qual um subordinado executa o seu papel socialmente definido. A defesa mais freqüente do indivíduo que cometeu uma ação abominável por ordem da autoridade é de que estava simplesmente cumprindo o seu dever. Ao afirmar essa defesa, o indivíduo não está introduzindo um álibi preparado para aquele momento, mas está relatando honestamente uma atitude psicológica induzida pela submissão à autoridade.

Para que uma pessoa se sinta responsável por suas ações, é preciso que perceba o seu comportamento como fluindo do “seu ego”. Na situação por nós estudada, os pacientes têm exatamente o ponto de vista oposto quanto às suas ações – ou seja, elas as vêm originando-se nos motivos de alguma outra pessoa. Os testados na nossa experiência, freqüentemente disseram “Se dependesse de mim, eu não teria administrado choque ao aluno”.

Mesmo quando o conflito entre a consciência e o dever faz surgir tensão, existem mecanismos psicológicos que entram em jogo e que ajudam a aliviar essa tensão. Por exemplo, alguns pacientes aquiescem o menos possível: tocam muito levemente no interruptor do gerador. Estão convictos de que isso realmente demonstra serem boas pessoas, quando, na realidade, estão obedecendo. Às vezes discutiriam com o experimentador, mas as discussões não levam necessariamente à desobediência. Ao contrário, freqüentemente serve como mecanismo psicológico, definindo o paciente em seus próprios olhos como uma pessoa que se opõe às ordens insensíveis do experimentador, mas ao mesmo tempo isso reduz a tensão e permite à pessoa obedecer. Freqüentemente pudemos ver a pessoa se envolvendo nos detalhes minuciosos do procedimento experimental. Ao fazerem isso, perdem completamente de vista as mais amplas conseqüências de sua ação.

Uma vez que se identificou autoridade como sendo a causa do comportamento do paciente, é legítimo que se indague sobre os elementos necessários da autoridade e como eles devem ser percebidos a fim de obter a aquiescência. Conduzimos algumas investigações sobre as espécies de mudanças que fariam o experimentador perder o seu poder e ser desobedecido pelo paciente. Algumas das variações revelaram que:

- *A presença física do experimentador tem um acentuado impacto na sua autoridade.* Como foi citado anteriormente, a obediência caiu nitidamente quando as ordens passaram a ser dadas por telefone. Frequentemente o experimentador podia induzir um paciente desobediente a prosseguir voltando ao laboratório.
- *Autoridades conflitantes paralisam severamente a ação.* Quando dois experimentadores de *status* equivalente, ambos sentados na mesa de comando, davam ordens contraditórias, não era administrado nenhuma choque além do ponto do qual discordavam.
- *A ação rebelde de outros debilita inexoravelmente a autoridade.* Numa variação, três professores (dois atores e um paciente real) administraram teste e choques. Quando os dois atores desobedeceram ao experimentador e se recusaram a ir além de um determinado nível de choques, 36 dentre 40 pacientes juntaram-se aos seus companheiros desobedientes e igualmente se recusaram.

É importante observar que no nosso projeto a autoridade do experimentador era frágil já que ele não possuía quase nenhum dos poderes retaliatórios disponíveis nas situações comuns de comando. Por exemplo, o experimentador não ameaçava os pacientes com punição – como privação de renda, ostracismo na comunidade ou cadeia – por não obedecerem. Nem podia ele oferecer incentivos. Realmente, deveríamos esperar que a autoridade do experimentador fosse muito menor do que a de uma pessoa como um general ou empregador ou mesmo um professor que têm poder para fazerem cumprir as suas ordens. Apesar dessas limitações, ele ainda conseguiu obter um desalentador grau de obediência.

Citarei uma variação final que retrata um dilema comum na vida cotidiana. Nessa experiência, não se ordenou ao paciente para pressionar o interruptor que causava choque

na vítima, mas simplesmente que executasse uma tarefa subsidiária (administrar o teste dos pares de vocábulos) enquanto outra pessoa administrava o choque. Nessa situação, trinta e sete dentre quarenta adultos (aproximadamente noventa por cento) continuaram administrando as perguntas do teste até o mais alto grau de choques do gerador. Previsivelmente, desculpavam o seu comportamento dizendo que a responsabilidade pertencia ao homem que realmente acionava o interruptor. Isso pode ilustrar um acordo tipicamente perigoso numa sociedade complexa: é fácil ignorar a responsabilidade quando se é apenas um elo intermediário numa cadeia de ação.

O problema da obediência não é somente psicológico. A forma e a configuração da sociedade e a maneira pela qual ela está se desenvolvendo têm muito que ver com isso. Logicamente, toda sociedade tem de inculcar hábitos de obediência em seus cidadãos já que não podemos ter uma sociedade sem alguma estrutura de autoridade. Aprendemos o que significa a obediência na família e na escola, mas principalmente quando passamos a integrar o mundo do trabalho. Trabalhando num escritório, numa fábrica ou no exército tem-se, necessariamente, de abandonar um grau de julgamento individual para que esses sistemas maiores possam operar com eficiência. Em tais situações de trabalho, a pessoa não se considera responsável pelas suas próprias ações, mas sim como um agente que executa os desejos de uma outra pessoa.

Talvez tenha havido uma época em que as pessoas podiam ter uma reação completamente humana para qualquer situação porque estavam plenamente absorvidos por ela, como seres humanos. Mas, logo que houve a divisão do trabalho, as coisas mudaram. Além de um determinado ponto, o desdobramento da sociedade em pessoas que executam tarefas limitadas e muito especiais reduz a qualidade humana do trabalho e da vida. Uma pessoa não chega a ver a situação toda, mas apenas uma pequena parte dela e, assim, fica incapacitada a agir sem ter alguma espécie de orientação geral. Ela cede à autoridade, mas ao fazê-lo aliena-se de suas próprias ações.

Até mesmo Eichmann ficava enjoado quando percorria os campos de extermínio, mas, na maioria das vezes, ele tinha apenas de se sentar numa mesa e escrever ordens. O homem que no campo realmente jogava Cyclon-B dentro das câmaras de gás podia justificar o *seu* comportamento alegando que estava apenas cumprindo ordens superiores. Há, assim, uma fragmentação da ação humana total; ninguém é confrontado com as

conseqüências da sua decisão de executar o ato mau. A pessoa que assume a responsabilidade desapareceu. Talvez seja essa a característica mais comum do mal socialmente organizado na sociedade moderna.

Mas as implicações do nosso estudo se aplicam igualmente a situações menos extremas. Assim, o conflito entre consciência e autoridade demonstra ser somente num grau limitado – um problema filosófico ou moral. Muitos dos que se submeteram à experiência sentiram, pelo menos no nível filosófico dos valores, que não deveriam continuar, mas estavam incapacitados de transformar essa convicção em ação. Não é necessário uma pessoa má para servir a um mau sistema. As pessoas comuns integram-se facilmente em sistemas malévolos.

Existirá alguma maneira de se evitar esse potencial alarmante, essa fácil aceitação da autoridade, mesmo quando ela é enganosa ou má? Pode ser que não passemos de fantoches – fantoches controlados pelos cordões da sociedade. Mas, pelo menos, somos fantoches dotados de percepção, de consciência. Talvez seja a nossa consciência o primeiro passo em direção à nossa liberação. O fato de que a obediência é muitas vezes uma necessidade na sociedade humana não diminui a nossa responsabilidade como cidadãos. Ao contrário, confere-nos uma obrigação especial para que coloquemos nas posições de autoridade aqueles que provavelmente dela se utilizarão humanamente. As pessoas são inventivas. A variedade de formas políticas que já vimos na História são apenas alguns dos muitos arranjos políticos possíveis. Talvez o próximo passo seja inventar e explorar formas políticas que darão à consciência melhor oportunidade de resistir à falsa autoridade.

Dois Comentários

As experiências do Professor Milgram suscitaram considerável controvérsia, especialmente sobre a justificativa ética de iludir ele seus pacientes, mas também a respeito das principais implicações de seus achados. Os seguintes comentários divergentes sugerem o alcance das reações de seus colegas psicológicos. O Professor Lawrence Kohlberg, que chefia o Centro de Educação Moral da Escola Superior de Educação da Universidade de

Harvard, é amplamente conhecido pelos seus estudos do desenvolvimento da percepção moral desde a adolescência até o início da idade adulta. Richard J. Herrnstein é professor de Psicologia na Universidade de Harvard e escreveu recentemente um estudo controverso sobre testes de inteligência, *I.Q. in the Meritocracy*. As suas observações foram adaptadas de um trabalho sobre *Obediência to Authority*, de Milgram, publicado em *Commentary*.

1. *Lawrence Kohlberg: Uma Questão de Moralidade.*

A experiência de Milgram foi parcialmente motivada por uma preocupação constante, a de compreender e dar publicidade à capacidade do “homem médio” em cometer o mal sob certas circunstâncias sociais. Para Milgram, conclusões morais da experiência, são de que elas engendram compreensão e simpatia mais profundas para com os perpetradores banais do mal, ao mesmo tempo que estimulam o impulso moral de eliminar as situações autoritárias em que isso pode ocorrer. Entretanto, o próprio Milgram foi involuntariamente vítima moral da “autoridade da ciência”, como o foram os seus pacientes. Ao servir à autoridade da ciência sob a bandeira da “objetividade”, ele próprio infligiu dor a terceiros para maior bem-estar social. Nisso, entretanto, ele não era menos decidido, escravizado ou irracional do que os seus pacientes. Ele pensava, como pensavam muitos dos seus pacientes, que infligir dor nessa situação era moralmente justificável do ponto de vista utilitário, uma vez que os sofrimentos menores de seus poucos pacientes servia ao maior bem-estar da sociedade pela documentação de certas verdades.

A confusão moral de Milgram era a confusão da filosofia moral característica de muitos intelectuais contemporâneos, sejam eles “humanistas” ou “cientistas”. Milgram, que é um utilitário, deixou de ser fazer a seguinte pergunta: “O que estou fazendo é justo para os indivíduos envolvidos, mesmo que seja para maior bem?” Milgram deixou de tratar seus pacientes como *pessoas*, que é o significado básico da atitude moral, da “mesma maneira que a maioria dos seus pacientes deixaram de tratar a vítima como pessoa.

Conquanto Milgram tivesse motivos morais utilitários para conduzir a experiência a fim de ensinar à sociedade os limites da autoridade, ele não tinha nenhuma intenção moral de realmente produzir esse efeito educativo em seus pacientes. A sua preocupação por seus pacientes era utilitária: não feri-los, não os deixar se sentirem mal ao invés de engaja-los numa experiência de aprendizado moral. O dano da experiência para os pacientes não foi

tanto a dor que sofreram ao infligirem uma dor imaginária, mas sim o seu efeito sobre suas atitudes morais. Como sabe Milgram, existe a tendência das pessoas justificarem um comportamento não-ético ao qual são coagidas. Alguns dos pacientes que ele cita aprenderam moralmente com essa experiência. Esses, entretanto, foram principalmente aqueles que resistiram e que depois verificaram que a sua resistência levava a uma crescente conscientização dos limites morais da autoridade. Outros pacientes que obedeceram “aprenderam” algo bastante diferente. Um deles afirmou: “Agi exatamente como Eichmann e me surpreendi ao descobrir que gostava disso”. Outros desenvolveram racionalizações por haverem ignorado a dor alheia em situações de autoridade. Com efeito, as justificativas posteriores de Milgram para a ética da experiência têm um aspecto semelhante de racionalização a fim de justificar um procedimento cujos resultados ele não antecipara.

Creio que Milgram poderia ter realizado a experiência de uma forma mais ética. Se a experiência tivesse sido usada como um veículo de diálogo e educação moral para cada paciente individual, ela poderia possivelmente ter sido justificada.

2. Richard J. Herrnstein: Simulação e Conhecimento

Algumas pessoas, freqüentemente os próprios psicólogos, fizeram objeções ao elemento logro nas experiências de Milgram, especialmente quando este tem por fim produzir agudo mal estar. Parece-me ser essa uma preocupação válida e que o dilema secundário surge da própria pesquisa e não de seus achados. Para aprender como as pessoas se comportam sob tensão ou perigo, o pesquisador dissimula pois ele não pode sujeitar as pessoas aos perigos da vida real. Caso devam ser realizadas experiências com pessoas em situações sociais, também haverá provavelmente simulação e manipulação. É uma perspectiva desagradável e fácil de ser rejeitada. Consideremos, então, as experiências de Milgram. A simulação e a manipulação aumentaram consideravelmente o nosso conhecimento dos perigos da autoridade. Conhecimentos como esses obtidos devagar e com dificuldade. Podemos nos permitir proibir descobertas posteriores desse calibre e relevância?

Algumas pessoas respondem a essa pergunta com um “sim” dogmático, dando prioridade máxima ao direito que o indivíduo tem de ver respeitado o seu recato, com isso

correndo o risco de permanecer na ignorância. Acontece que esse não é o meu ponto de vista. Eu dou valor a esse direito mas preocupo-me com a ignorância. Uma pequena e temporária perda do conforto e dessa intimidade da parte de algumas poucas pessoas parece não ser um preço excessivo para uma grande redução da ignorância mas posso compreender, como Milgram, o faz, que isso implica num julgamento tremendamente delicado. Mesmo assim, espero que venham a ser realizadas experiências semelhantes à de Milgram – experiências que nos ensinarão sobre nós próprios, com um mínimo de simulação e mal-estar que forem necessários.

Mas existe outro dilema crucial levantado pelo trabalho de Milgram, aquele que afligirá qualquer esquema político que valorize tanto a ordem social como a autonomia individual. Por outro lado, verificamos que até mesmo a América complacente e individualista cria pessoas que podem se tornar agentes do terror. À medida que as armas do terror se tornam mais poderosas e mais distantes de suas vítimas crescem os perigos da obediência. Sabemos que os bombardeadores dos aviões militares não sofrem os mesmos conflitos e ansiedades demonstrados pelos pacientes de Milgram porque eles infligem punição a uma distância ainda maior e servem a uma autoridade dotada de um consentimento ainda maior.

As alternativas do dilema estão em grande parte das notícias de nossos dias. Mas a outra alternativa é a penalidade que pagaríamos se fixássemos um valor alto demais à consciência e à autonomia individuais. A alternativa para a autoridade e a obediência é a anarquia e a história nos ensina que esse é o caminho mais certo para o caos e, em última análise, para a tirania.

Embora Milgram reconheça as alternativas, as suas simpatias são a favor do livre-arbítrio. Ele busca uma cidadania mais desafiadora, um percentual mais alto de pessoas que desobedeçam à autoridade. Não tenho dúvidas de que seria mais fácil fazer com que as pessoas dissessem “não” à autoridade se simplesmente reduzissem as penalidades para quem o fizesse. Mas as provas não levam a crer que as pessoas usem somente de benevolência ou sensibilidade moral como critérios de rejeitarem a autoridade. Pensemos em alguns exemplos reais. Seria a ganância ou uma virtude superior a principal razão de sonegar impostos se as penalidades fossem reduzidas? Qual o desertor do exército deixaria

de afirmar que foi movido por sua consciência e não por covardia caso se viesse a permitir a deserção por objeção de consciência?

Milgram e sem dúvida outros, provavelmente responderiam que reduzir as penalidades não é o suficiente – que é preciso ensinar a virtude às pessoas e não simplesmente atenuar os perigos do vício. Isso é ótimo, mas não parece cinismo insistir em que o peso das provas cai sobre aqueles que pensam que conhecem uma forma de fazer com que as pessoas possam ser melhores do que jamais foram. Não encontro provas neste livro nem na literatura contemporânea sobre desobediência civil. O trabalho de Milgram, embora brilhante, não resolve dilema algum.

(from: Behavioral Study of Obedience, Journal of Abnormal and Social Psychology, 67, 371-378. Tradução do Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro – Revista Diálogo)